

OS MICROS – CIRCUITOS DE PRODUÇÃO TÊXTEIS DE AMERICANA – SP (1990-2005): CARIOBA, OS SABERES LOCAIS E O TERRITÓRIO USADO

Ana Paula MESTRE**

Adriana M. Bernardes da SILVA***

Resumo: A adaptação brasileira às normas globais dos anos 1990 concebeu mudanças importantes na urbanização do país. Muitas cidades conheceram uma drástica diminuição dos empregos industriais formais. Procuramos, neste artigo, retratar os rearranjos mais significativos para o micro-circuito produtivo têxtil da cidade de Americana-SP, tais como: o fechamento das antigas tecelagens façonistas, a emergência de um *novo façonismo*, a proliferação de pequenas empresas ligadas ao segmento das confecções e maior precarização das relações de trabalho. Investigamos o papel das empresas façonistas do *Bairro de Carioba*, núcleo de maior sobrevivência e resistência às modernas técnicas produtivas recém utilizadas pelo mercado de tecidos na região.

Palavras chave: micro-circuito têxtil de produção; Americana; façonismo; uso do território.

Resumen: La adaptación brasileña a las normas globales de los años 1990 concibió cambios importantes en la urbanización del país. Muchas ciudades conocieron una drástica disminución de empleos formales en la industria. Buscamos, en este artículo, describir los aspectos mas significativos del micro-circuito productivo textil en la ciudad de Americana-SP, como son: el cierre de las antiguas textilerias “façonistas”, la emergencia de una nueva forma “façonista”, el rápido crecimiento de pequeñas empresas unidas a los grupos de textil y mayor precariedad de las relaciones de trabajo. Investigamos la importancia que tienen las empresas “façonistas” del Barrio de Carioba, núcleo de mayor sobrevivencia a las modernas técnicas productivas utilizadas por el mercado de tejidos en la región.

Palabras Clave: micro-circuito textil de producción; Americana, “façonismo”, uso del territorio.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos apresentar uma análise da cidade de Americana-SP face à abertura econômica brasileira nos anos 1990. A adoção de tais medidas políticas remodelou o setor têxtil, que é a base da economia urbana da cidade.

As políticas territoriais no Brasil autorizaram, nos anos 1990, que empresas globais empregassem avançados sistemas técnicos e normativos para articular e dinamizar a produção têxtil. Como resultado desses novos feixes de eventos, assistimos, entre outros, a um ajustamento forçado das indústrias *façonistas* de Americana às novas temporalidades.

Vale ressaltar que as empresas *façonistas*, por definição, não possuem produção própria, participam da divisão social e técnica do trabalho como intermediárias do sistema, pois recebem a matéria-prima de terceiros que irão atuar nas etapas finais de beneficiamento e comercialização dos produtos.

Nessa direção, problematizamos que as inovações tecnológicas do setor têxtil, assimiladas pelos *circuitos superiores da economia urbana*, acabam por subjugar a dinâmica do *micro-circuito produtivo* do município. Este último circuito se define pelas atividades mais enraizadas ao lugar e

** Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Endereço eletrônico: ana.mestre@ige.unicamp.br

*** Prof^a Dr^a do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Endereço eletrônico: abernar@ige.unicamp.br

operam, em geral, com arcaicas técnicas produtivas, precárias condições de organização e de trabalho (M. Santos, 1999).

Verificamos que as empresas feçonistas, em geral, encontram-se coladas às rugosidades do espaço urbano. É o caso da extinta *Fábrica de Tecidos Carioba*, forma-testemunho de que a economia dos pobres urbanos atua, muitas vezes, em subespaços rarefeitos, onde as velocidades são lentas, pois não há materialidade suficiente para favorecer o tempo rápido da globalização contemporânea.

Pretendemos, outrossim, evidenciar as sucessivas organizações do trabalho têxtil na cidade de Americana a partir dessas pequenas tecelagens *feçonistas* e explorar como essa “*divisão territorial de baixo*” (SANTOS, 2002) serviu historicamente de abrigo para a maioria de seus cidadãos.

2. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO MICRO-CIRCUITO DE PRODUÇÃO TÊXTEL EM AMERICANA

A produtividade e eficiência almejadas a todo custo acabam por destroçar antigas solidariedades locais e regionais, freqüentemente enraizadas nos lugares e acaba impondo uma solidariedade vertical, cujo epicentro é as empresas hegemônicas, obedientes aos interesses globais mais poderosos e indiferentes às lógicas do entorno (SANTOS, 2003).

Criam-se as condições para a chegada de modernizações ainda mais alheias às necessidades locais, na medida em que os conteúdos políticos e técnicos (hegemônicos) do período atual estão voltados ao alargamento dos contextos da globalização, ou, se preferirmos, à expansão do campo de ação dos grandes grupos empresariais.

Assim, a abertura da economia afetou “sobremaneira” as micro e pequenas empresas, em especial as feçonistas, que adaptaram seus teares obsoletos a mecanismos mais velozes, adquiriram maquinários mais recentes de segunda mão, além de reduzirem seu quadro de trabalhadores. A situação atual do micro - circuito produtivo têxtil é de maior precarização do trabalho, pois apesar de uma relativa reestruturação na produção dessas empresas, isso não lhes deu garantias de produção e contratações.

As oscilações conjunturais do macro-circuito produtivo têxtil em Americana acarretaram o enfraquecimento das pequenas firmas inscritas no circuito inferior, uma vez que estas tentam “driblar” a rigidez das normas através de empregos temporários e flexíveis.

Apesar do fato das pequenas empresas produzirem com menores níveis de tecnologia e oferecerem baixos salários são elas, todavia, que asseguram a sobrevivência da maioria dos trabalhadores mesmo que no tenso limite da reprodução das relações sociais.

Em 1990 existiam por volta de 827 tecelagens empregando quase 18.000 trabalhadores. Já em 1997 o número de tecelagens caiu pela metade. Segundo o Sindicato Têxtil da região de Americana, resistiram à crise aproximadamente 462 tecelagens em 2000.

3. AS FUNDAMENTAÇÕES IDEOLÓGICAS DO FAÇONISMO – UMA PSICOSFERA DE ILUSÕES?

As transformações tecnológicas e organizacionais da indústria têxtil de Americana permitiram uma reestruturação produtiva das firmas de maior porte, conferindo a elas uma maior produtividade. A informatização dos processos redundou na redução da mão-de-obra empregada na indústria têxtil.

No período atual, cresce a interdependência espacial na medida em que o sistema capitalista se mundializa, fazendo com que a existência de circuitos e relações atinja simultaneamente tanto o âmbito local quanto o global.

Os objetos técnicos necessitam estar inseridos em um sistema integrado de padronizações; a unicidade das técnicas vai se tornando um dado material importante da globalização, conforme afirma M. Santos (2002). Esse fator fomentou sucessivas divisões territoriais do trabalho. Assim,

foram sendo criadas, por exemplo, as possibilidades de “desintegração vertical” das empresas, o aumento do regime de terceirizações regulado por um sistema de logística sofisticado, possibilitando aos agentes globais maior racionalidade e controle nos processos produtivos (ANTUNES, 2000).

Ditados pelo novo paradigma de produção, o aprofundamento e a intensificação do uso de equipamentos de base microeletrônica são alicerces fundamentais para a competição global acirrada, fortemente delimitada pelo aumento da eficiência e da qualidade dos produtos, onde a sobrevivência das empresas está ligada à sua rapidez de adaptação às exigências do mercado (que são cada vez maiores e mais voláteis) e à introdução contínua de inovações. Desde então, um conjunto normativo, legitimado pelo Estado e pelas empresas, convocou novos contornos para a cidade de Americana a partir dos anos 1990.

No percurso dessa nova divisão territorial do trabalho ditadas pelas grandes empresas, emerge também o “*novo façõnismo*” renascido dos ideais de igualdade, liberdade e propriedade (COLLI, 2000:100).

São objetivos do “novo façõnismo” para a cadeia têxtil segundo estratégias divulgadas pelo BNDES em 1997:

- receber especificações sobre produtos e processos produtivos;
- receber insumos e componentes semi-acabados;
- realizar atividades simples;
- retornar o produto ao cliente para outras operações.

A partir dessas diretrizes, indagamos a operacionalidade desse modelo para a gestão empresarial das pequenas empresas (do “velho façõnismo”).

Em que medida, o desenvolvimento das atividades de pequeno porte poderá ser viabilizado a partir da redução das taxas de financiamento de maquinário, aumento das cotas de exportação para o Brasil e das linhas de crédito para sustentar os custos de uma modernização organizacional? A aplicação real desse conjunto normativo não estaria condizente com o que M. Santos (1979) chamou de ideologia do *continuum*, isto é, uma ideologia etapista, na qual as firmas de pequeno porte conheceriam um crescimento “sustentado”?

Na verdade, esse sistema de idéias fornece regras que são funcionais aos agentes hegemônicos, pois submetem os saberes locais à razão global, que é egoísta à racionalidade coletiva. Em tese, o novo façõnismo daria suporte às médias e às grandes tecelagens com o intuito de atender a demanda da produção e garantir aos grandes grupos de *marketing* e de *griffes* possibilidades efetivas de diferenciação na linha de produção. É uma maneira de centralizar o capital, descentralizando a produção.

Nota-se que as grandes empresas só tendem a lucrar com o novo façõnismo, pois a cabo disso não necessitam: ampliar sua unidade produtiva, adquirir novo maquinário, contratar mais mão de obra, assumir mais gastos com impostos e insumos.

Contam ainda com a ideologia de que os façõnistas são produtores independentes, “pequenos notáveis” que sustentaram a industrialização em Americana. Esse ideário falacioso escamoteia as agruras sociais dos tecelões, no que diz respeito à dependência produtiva e à precarização das relações de trabalho.

Sobre isso J. Colli (2000) contribui afirmando que a exploração da mais-valia relativa e absoluta persegue o façõnista, porque continuam presentes a intensidade e o aumento da jornada de trabalho do tecelão principalmente quando comparados à época em que eram apenas peças do chão de fábrica.

Portanto, entendemos que a reorganização do façõnismo como força motriz das estratégias competitivas das empresas do circuito superior, impulsiona a flexibilização do modelo de produção dos dias atuais. A idéia do “novo”, quando subordinado ao capital, é condição para que se recrie constantemente as formas pretéritas de exploração, como também observam J. Colli (2000) e R. Antunes (2000).

O *novo façanismo* pode materializar-se na forma de “ateliês domiciliares modernos” que operam como pequena ou micro-empresa. Em muitos casos baseia-se no velho trabalho familiar, sobretudo no ramo das confecções.

Neste contexto, proliferam os casos de tecelagens sem teares, que são empresas que mantêm *unidades produtivas externas*, pois terceirizam todo o processo produtivo, como exemplo podemos citar o caso da empresa TEKA S. A.

O salário por peça está presente em toda a trajetória do façanismo na região de Americana. Segundo J. Colli (2000) o salário por peça é uma forma escamoteada do salário por tempo, este último baseado no valor da força de trabalho, uma vez que o tempo do trabalho é corporificado num *quantum* de mercadorias e pagas como tal.

Dessa forma, a intensidade do trabalho e a sua qualidade é medida pelo produto acabado, que deve estar adequado às exigências do contratante, sujeitos à revisão dos contratos verbais e a descontos salariais.

Ao que parece, os façanistas deixam de alimentar relações de produção com empresas de porte médio, de capital nacional, para ingressarem nos circuitos de produção globais. O maquinário moderno, melhor padronização e a eficiência nos prazos são os novos conteúdos técnicos, normativos e políticos que validam mais uma vez as condições de dependência, endividamento e intensificação na jornada de trabalho.

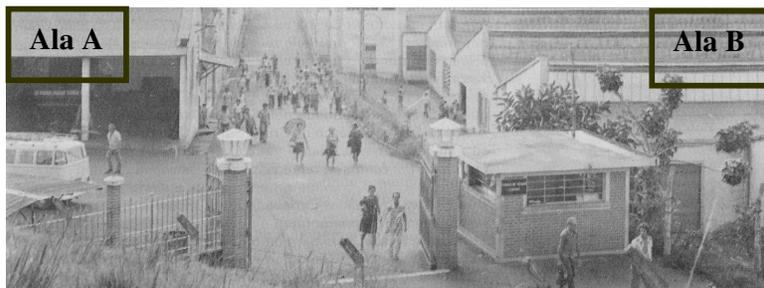
Vemos nisso a necessidade de descobrir e afastar as ideologias que fazem sombra à nossa capacidade de apreensão das reais intencionalidades de um projeto modernizador, em curso desde os anos 1990, que nos parece contribuir para o engessamento da cidade de Americana distanciando-a das utopias necessárias para a construção de um *espaço banal* - o espaço de todos os homens (SANTOS, 2000) mais solidário.

4. FÁBRICA DE TECIDOS CARIOBA: OS CONFLITOS ENTRE O NOVO E DO VELHO NA CIDADE DE AMERICANA - SP

Os limites entre o “antigo” e “novo” façanismo pôde ser retratado pela existência das pequenas tecelagens abrigadas na extinta Fábrica de Tecidos Carioba (vide foto 1 abaixo).

A Fábrica de Tecidos Carioba foi desmantelada em 1976 e teve sua vila operária em grande parte demolida nos anos 1980. Esta fábrica teve um papel fundamental na preparação de mão de obra especializada que atenderia o crescimento de Americana a partir da década de 1930.

Foto 1: Funcionários saem da Fábrica no dia em que a empresa foi desativada em 31/12/1976.



Fonte: Jornal local: O Liberal –
Caderno Especial: Americana 130
anos, p.14. 27/ 08/2005.

Alguns elementos pertinentes à organização do espaço da cidade, como a distribuição fabril e dos bairros nos permitem interpretar os eventos que marcaram a obsolescência da fábrica de Tecidos Carioba.

Para E. Camillo (1998), as alterações produtivas acolhidas pela cidade de Americana, a partir dos anos 1940, foram cruciais para a decadência dessa Fábrica. Para a autora, a geração técnica dos fios artificiais e sintéticos significou a expansão da atividade façanista pela malha urbana do município, em razão do menor custo da matéria-prima adquirida na capital paulista e, posteriormente, na própria cidade. Esse fenômeno abriu forte concorrência com a Fábrica de

Tecidos Carioba, produtora excepcional de tecidos de algodão e de seda na primeira metade do século XX.

As fortes concorrências da *Cooperativa de Tecidos de Rayon de Americana* (CITRA), resultante da união de alguns fezonistas e também da *Distribuidora de Tecidos Rayon de Americana* (DISTRAL), em 1944, fundamentaram a perda da importância da Fábrica de Tecidos Carioba e de sua Vila Operária para economia do município.

A realidade intra-urbana da cidade de Americana entre os anos 1940 -1950 é fruto da modernização brasileira no pós-guerra. A produção em larga escala, as normas de gerência, o avanço na tecnologia dos materiais significaram um *disfuncionamento* de Carioba e, por isso, suas atividades deixam de ser apoiadas pela elite local. Entendemos que esse processo fomentou sua segregação e obsolescência.

Atualmente as vias secundárias de acesso à região mais antiga de Carioba são de terra batida e o entorno também se encontra abandonado e em ruínas, salvo alguns edifícios cujos usos envolvem atividades culturais como a “Casa Herman Muller”, recentemente restaurada, o “Museu Histórico e Pedagógico de Americana”, a “Casa do Conto” e a “Igreja São João Batista”.

Os imóveis públicos do Bairro de Carioba foram incorporados ao Patrimônio Histórico e Cultural do município sob o decreto nº 4009 em 1995, ficando autorizada a elaboração dos planos de restauração arquitetônica pelo Departamento de Cultura, Esportes e Turismo (DECET).

Entendemos que algumas concreções do espaço urbano de Americana, como Carioba, ilustram que algumas porções são menos propensas a receber e espacializar o meio-técnico-científico e informacional que outras e, por isso, são chamados de *lugares opacos* (SANTOS, 1994), pois pouco atraentes aos interesses das grandes empresas.

A antiga Fábrica de Tecidos Carioba, desde o seu colapso, tornou-se o único distrito industrial administrado pela “Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Americana”. O projeto da Prefeitura nos anos 1980 visava conceder uma seção de uso por período indeterminado aos antigos salões da Fábrica, cujo objetivo era torná-la uma “*Incubadora de Pequenas Empresas*”; estes pequenos núcleos posteriormente deveriam migrar para os novos distritos industriais. Ora, em virtude das possibilidades de produção e de aluguel oferecidas, tanto as micro-empresas como as mais capitalizadas, fixaram-se no local, razões pelas quais muitas delas completarem mais de duas décadas nessas instalações.

Os barracões instalados abrigavam, em 2005, 36 unidades fabris, sendo que 6 barracões estão desocupados por apresentarem péssimas condições de uso, estando em ruínas. As fachadas e o interior dos salões de Carioba encontram-se, em boa parte deles, deteriorados. Permanece locado um conjunto de 16 galpões na “ala mais velha” (A), erguidos em meados de 1870 e 14 galpões na “ala nova” (B), reformulados pela gestão *Abdalla* por volta dos anos 1960.

Deste total de salões apresentados, 11 deles são ocupados por tecelagens fezonistas, que se distribuem 8 na ala (A) e 3 na ala (B), segundo o *Relatório dos Salões de Carioba*, elaborado em junho/2005 pela “Secretaria de Desenvolvimento Econômico”, e confirmado pela nossa pesquisa empírica de julho de 2005. Alguns dados estão relatados no quadro abaixo:

Quadro 1: Panorama das tecelagens façonistas entrevistadas

Empresas	Matéria-prima	Nº de Maquinas	Modelo e ano	Nº de operários/ situação empregatística	Empresas Contratantes
Tecelagem Dom Bosco (Ala A)	algodão (54%) polyester (46%)	20	tear à pinça - Kit Ribeiro, 1994.	6 operários registrados	02 empresas: São Paulo e São Pedro
Tecelagem São Dimas (Ala A)	algodão (50%) polyester (50%)	20	Tear à pinça-Kit Ribeiro, 1976.	6 operários registrados, 3 avulsos	02 empresas: Americana, São Paulo
Tecelagem Mr. Carstron (Ala A)	algodão (60%) polyester (40%) –	34	Tear à pinça, 1987 e 1992.	12 operários registrados, 5 avulsos.	01 empresa: São Pedro
Tecelagem Silvatex (D) (Ala A)	algodão (70%) polyester (30%)	16	Tear à pinça, 1985.	4 operários registrados, 2 avulsos	01 empresa: Americana
Tecelagem Anísio do Amaral (E) (Ala B)	Algodão (100%)	20	Tear à pinça Ribeiro, 1992.	8 operários registrados, 2 avulsos	02 empresas: Americana
Têxtil Ruiz (Ala B)	Algodão (100%)	22	Tear à pinça, 1986 e 1989.	5 operários registrados	01 empresa: Americana
Têxtil Rober (Ala A)	polyester (100%)	20	Tear à pinça - M-5, ano: 1990.	14 operários registrados e 1	02 empresas: Americana

Fonte: Ana Paula MESTRE (2005).

Nestes salões encontramos atividades pertencentes ao setor têxtil nos seguintes segmentos: tecelagens autônomas e a feição (que representam mais de 80% das atividades) e o restante representado por tinturarias e confecções. Trabalham hoje em Carioba aproximadamente 122 operários, sendo 104 homens e 18 mulheres.

Constatamos, em linhas gerais, que a grande maioria das fábricas de Carioba opera sem cessar (24 horas sem descanso), contam com uma base tecnológica de “segunda mão”, com máquinas já amortizadas pelas indústrias maiores. Encontramos sensíveis variações com relação ao maquinário; muitas das fábricas trabalham a partir de meios de produção “reciclados” - de teares manuais a semi-automáticos. Vide o Agrupamento de diferentes camadas técnicas encontradas nas tecelagens façonistas de Carioba, através das fotos logo abaixo.

Foto 2: Têxtil Veneza (Ala A): Tear à Lançadeira

Fonte: Ana Paula MESTRE (2005).

Foto 3: *Tecelagem Dom Bosco* (Ala A): Tear à Pinça (adaptado)



Fonte: Ana Paula MESTRE (2005).

Foto 4: *Têxtil Minozzi* (Ala B): Tear à Jato de Ar



Fonte: Ana Paula MESTRE (2005).

Segundo M. Santos (1979), o circuito inferior segue a risca a Lei de Lavoisier – “*Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma*”. Nesse sentido o cotidiano dos pobres não é só desencanto, é uma sucessão de saberes e descobertas. As maiores dificuldades dessas pequenas empresas são: gastos com energia elétrica, com os salários dos operários e com os impostos (quando saldados).

A localização e o simbólico valor do aluguel de Carioba constituem as únicas vantagens para as pequenas empresas, em comparação aos altos aluguéis dos loteamentos industriais. Condenados ao esgotamento, os fezonistas sobrevivem à custa de uma forte precarização do trabalho, já que os indivíduos se submetem às extensas jornadas de trabalho sob condições de insalubridade.

Além dessas atividades estarem coladas aos interstícios de uma *rugosidade*, respondem por uma demanda de subcontratações regional, pois prestam serviços para tecelagens mistas localizadas, em geral, na região do Pólo Têxtil (municípios de Santa Bárbara d’Oeste, Nova Odessa e Sumaré) e na cidade de São Paulo.

Segundo as condições gerais de uso e de vizinhança, os tecelões possuem condições “comunicacionais” para discutir sobre a crise do setor têxtil. Desse modo, entendemos que a proximidade facilita, sobretudo, a contratação de tecelões e de técnicos que dão acessoria às adaptações e ao conserto de maquinários; permite também um maior fortalecimento da categoria têxtil frente aos conflitos relacionados as crises e a permanência no local.

Os trabalhadores de Carioba são oriundos da própria cidade, vindos de bairros próximos ao local, possibilitando que a trajetória dos operários possa ser feita até as fábricas de bicicleta ou a pé. A mobilidade dos habitantes da cidade, vindos dos bairros mais longínquos é bastante precária, pois não há transporte público suficiente (em número e em escala) equiparável aos turnos de trabalho.

Os operários não possuem muitas alternativas de desligamento do trabalho nos intervalos das refeições, muitas vezes retornando antes mesmo do horário previsto, forçados a permanecer nos

postos de trabalho, em repartições escuras, apertadas, sobre um amontoado de tralhas e depósitos de estopas.

Diante desse retrato, retomamos os preceitos de uma ausência da cidadania territorial, porque o cidadão vale pelo lugar em que habita. (SANTOS, 1998) Longe de significar um determinismo geográfico, esse princípio permite que associemos o mecanismo de fragmentação à mercantilização dos lugares, promovida pelo processo de valorização do espaço. As diferenciações de renda são expressas no território, no modo que são distribuídos os bens públicos e privados. Essa seletividade, grosso modo, conduz a uma apropriação do espaço injusta, conferindo diferentes usos sob o capital geral da cidade.

Sobre o futuro dessa *rugosidade* do espaço urbano de Americana – que é Carioba - apresentaremos os principais planos de ação tomados pelo poder público.

5. AS POLÍTICAS URBANAS MUNICIPAIS: QUAIS SAÍDAS PARA A CRISE?

A Prefeitura Municipal de Americana apresentou um *Plano de Preservação Histórica e Ambiental de Carioba -1999*. Dentre os objetivos principais desse plano, encontramos:

- I) Valorização do potencial turístico, cultural, econômico e urbanístico de Carioba;
- II) Controle e incentivo a qualidade da zona de expansão urbana em direção ao setor;
- III) Promoção do marketing “coletivo” da cidade, ampliando sua credibilidade como atrativo econômico e sócio-cultural;
- IV) Elevação da qualidade de ambiental de Carioba e da cidade.

Neste plano salienta-se a busca de uma *vocação turística* para Carioba, inclusive o terceiro item deixa claro que seria necessário estimular um “localismo” centralizado no turismo.

Em 2005 foi elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente um *Relatório de Impacto Ambiental dos salões industriais de Carioba*, alegando a seguinte situação:

- I) que as estruturas dos salões estão comprometidas: os pisos estão irregulares, a cobertura danificada e a iluminação é ineficiente para os trabalhadores;
- II) todas as empresas não apresentam alvará de funcionamento com validade atual, pois não possuem Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- III) 90% delas não recolhem impostos diretamente ao município (ISS);
- IV) alegam contaminação dos corpos hídricos e riscos graves de incêndio.

Todavia, esperávamos do poder público uma visão mais generosa não apenas das condições físicas da Fábrica e da má conservação e limpeza da área externa, mas um entendimento da totalidade dos problemas. Os planos urbanos poderiam estar comprometidos com a realidade e anseios dessas pequenas firmas, uma vez que essa área é abrigo para os mais pobres conduzirem suas vidas.

Notamos que por trás do discurso da “desordem” de Carioba, encontramos a organização das atividades produtivas desses sujeitos. Para além dos problemas ambientais está a vida dos habitantes da cidade, que se organizam em meio às péssimas condições de trabalho, à segregação urbana, muito demarcada pela deficiência no acesso ao transporte público até os salões.

Após a crise dos anos 1990, o trabalho nessas fábricas agravou-se ainda mais pela incerteza das subcontratações e pelos cortes na contratação de mão de obra.

O fezonismo como especificidade da industrialização da cidade possui, desde a sua gênese, uma hierárquica relação de produção, com duas faces: são formas legítimas de cooperação orgânica entre a contratante e o prestador de serviços (fezonistas), mas estes últimos estão subordinados a dependência produtiva, que é responsável, em grande medida, pela precarização do trabalho. Essas características marcam a peculiaridade da força e da fraqueza do circuito inferior da economia urbana em Americana.

Instaladas junto às *rugosidades* do meio ambiente construído, essas atividades que pertencem a uma “*divisão do trabalho de baixo*”, dão condições de existência àqueles homens que desvendam os recursos indispensáveis à vida em direção a razões locais, que transcendem a razão global, esta última puramente econômica.

Quais medidas, organizadas em sua totalidade, seriam justas aos trabalhadores façanistas? Por fim, indagamos até que ponto as políticas urbanas, poderiam enfrentar essa aparente “desordem” levando-se em conta os saberes locais e a realidade dos lugares.

6. AS POLÍTICAS REGIONAIS: UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COMO SAÍDA PARA A CRISE?

Como medida de desenvolvimento urbano e regional, o Governo Federal, desde o Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007, apóia a criação de *Arranjos Produtivos Locais* (APLs), que são instrumentos de atração de novas empresas.

Os rumos para o APL são definidos pela *Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial* (ABDI). Criada em 2005, ela atua financiando capital de giro e capacitação das empresas. Os recursos e consultorias podem vir do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do SEBRAE (Serviço de Apoio às micro e pequenas empresas). Esta última agência está ligada aos *Ministérios de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento*, e da *Indústria e Comércio Exterior*.

Na definição do SEBRAE, um arranjo produtivo local constitui uma aglomeração de empresas de um mesmo setor econômico, que compartilham o mesmo “território”. Assemelha-se ao conceito de “cluster”, que são distritos industriais apoiados pela governança local e por outras entidades como: associações, escolas técnicas, universidades, sindicatos etc.

Segundo as estratégias do SEBRAE:

1 - O Arranjo Produtivo Local é também um território, cuja dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir a ela.

2 - A definição de território se resume à sua dimensão material e é concebido como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço.

3- Um Arranjo Produtivo Local compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, etc.) que possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos).

Os instrumentos do “novo” planejamento para retomar a produtividade do setor têxtil caminharam no sentido da legitimação do Pólo Têxtil, que se concretiza a partir dos convênios firmados pelo Arranjo Produtivo Local em Americana. É preciso problematizar as especificidades internas da crise geral do trabalho, exacerbada a partir dos anos 1990.

A criação do pólo foi viabilizada pelos convênios com o PACT/FiA/USP – (Programa de Administração em Ciência e Tecnologia/Fundação Instituto de Administração/ Universidade de São Paulo) e SEBRAE-SP, este último tendo financiado a proposta; e parceria também com o SENAI - SP (PEZZO, 2003).

Os objetivos do pólo, aprovado em agosto de 2003 pela Assembléia Legislativa são:

- Desenvolvimento da atividade têxtil, aproveitando o potencial existente;
- Geração de empregos e renda para a população;
- Aumento da produção têxtil;
- Incentivo à pesquisa científica e tecnológica relacionados à cadeia têxtil, inclusive criando o Centro Municipal de Capacitação de Recursos Humanos.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Americana o que importa para a gestão pública é a integração da cadeia produtiva têxtil. Com isso, objetiva-se a implantação de um modelo de gestão competitivo, cujo desígnio é manter um “desenvolvimento sustentado” da cidade, tendo em vista que a modernização tecnológica é o foco central para redefinição da organização do espaço pelas empresas.

Na tentativa de avaliar os objetivos de implantação do Pólo Tecnológico de Americana e região, reconhecemos algumas implicações no arranjo espacial de Americana, em especial para os micros-circuitos produtivos.

Ainda não se tem clareza quanto a relação causal entre os itens: produtividade, ofertas de trabalho e aumento da renda para os cidadãos. Ora, diante das condições de pobreza retratadas pelo baixo poder aquisitivo, baixa escolaridade e pouca ou nenhuma especialização da mão de obra,

questionamos como a grande massa da população poderia inserir-se nesse contexto de reestruturação produtiva do setor têxtil? Uma vez que as situações de crise são recriadas porque as mudanças no arranjo espacial da cidade expressam uma modernização conservadora, incapaz de atenuar as desigualdades sociais. Em 2007, foram registradas demissões e subcontratações temporárias a salários inferiores.

Dessa maneira, a economia política da cidade está, hoje, subordinada à ideologia do crescimento do pólo têxtil, que é dependente, por sua vez, do aumento do número dos estabelecimentos mais modernos. Sua implementação pode acarretar mudanças perversas para o espaço urbano de Americana, tornando-o mais fragmentado do que antes; isso implica em punição para as populações mais pobres, mais isoladas e atuantes no micro-circuito produtivo.

Entendemos que o “crescimento alavancado pelo Pólo Têxtil” pode significar uma acentuação no quadro das contradições internas, uma vez que o uso intensivo de capital e de tecnologia faz com que os negócios passem por um processo de concentração de capital que acaba por eliminar as pequenas e médias empresas; o resultado dessa política setorial para a maioria da população é a pauperização.

As teorias dos pólos de crescimento e desenvolvimento (PERROUX, 1967) são utilizadas equivocadamente nos dias atuais como instrumento para o planejamento, pois têm sido soluções de via única para atingir a competitividade dos lugares, sustentadas sob o discurso ideológico de equilibrar as desigualdades entre indivíduos, regiões e países periféricos. Admite-se que essas teorias se valem de um pensamento monolítico das estruturas urbanas, um modelo estranho às especificidades da formação sócio-espacial brasileira.

O discurso de “desenvolvimento”, hoje reciclado através da criação de APLs, ganha força quando apoiado no ideal de *cidade-pátria*, lugar que possibilitaria harmonia e estabilidade (...) a totalidade dos cidadãos (VAINER, 2002:100). Assim, entendemos que o “futuro promissor” da chamada Princesa Tecelã está atrelado a uma imposição da modernização tecnológica.

Vem daí, ao que nos parece, o fracasso dos vários modelos de desenvolvimento que consideram equivocadamente *crescimento* como sinônimo de *desenvolvimento*, mensurados a serviço do espaço econômico. Isso significa dizer que em nome da pobreza e do atraso dos países subdesenvolvidos são conduzidos projetos preocupados sobretudo com os interesses dos grupos dominantes.

Hoje se superestima o poder da escala local e se desconsidera as mediações essenciais. O local aparece nas teorias do novo planejamento como um ente auto-explicativo, auto-sustentável e independente. Ora, as políticas territoriais que supervalorizam o poder local são desprovidas de um exame cauteloso do que são os lugares diante das forças estruturais que os dinamizam. As municipalidades têm acatado, às cegas, o discurso das agências multilaterais e dos consultores internacionais que pretendem difundir a preeminência da ação e do poder local nos mais diferentes contextos, sem considerar as especificidades das formações sócio-históricas e territoriais, conforme discutem VAINER (2001) e BRANDÃO (2007).

Todavia, compreendemos também os impasses de uma solução alternativa que possa emergir dos lugares, das lutas do povo, mesmo que seja admitido que a competitividade cega os projetos da humanidade. Será que não deveríamos atrelar o futuro dos lugares a uma política nacional atenta a apropriação do espaço para o homem, e que ainda seja capaz de romper com a concepção egoística de planejar o espaço brasileiro como sinônimo de espaço produtivo, especialmente dependente das grandes firmas?

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As normas técnicas, organizacionais e políticas instauradas nos anos 1990 conduziram a uma reorganização do território brasileiro e, de maneira perversa, atingiram as bases do circuito produtivo têxtil de Americana, impactando diretamente sobre as atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana.

Os discursos hegemônicos empreendidos para o futuro do Parque Têxtil de Americana também julgam imprescindíveis essa modernidade. As empresas do circuito superior da economia comandaram a reestruturação produtiva têxtil em Americana sob incentivo das linhas de crédito e, por razão disso, ampliaram o controle de produção (através da informatização do maquinário) e dos círculos de cooperação inter-firmas. Já as pequenas firmas são lembradas pela política industrial brasileira como aquelas que não possuem capital de giro suficiente para financiamento de maquinário moderno e, por isso, funcionariam como um fator limitante do desenvolvimento da atividade têxtil, inclusive da atividade feçonista.

Ao discutirmos os resultados dessa pesquisa vimos que as dificuldades das pequenas empresas são imensas e que, acima de tudo, são estruturais. Entendemos que, primeiramente, deve-se apreender os impasses da formação sócio-espacial brasileira, que é a mediadora principal entre as normas globais de ação e a realidade dos lugares.

Esse esforço de método nos dá diretrizes para entendermos a manifestação da pobreza generalizada nas cidades brasileiras, já que as atividades do circuito inferior dão as condições limites para esse *mercado auto-inflacionário* de pobres no Terceiro Mundo.

Acerca disso, as propostas para o desenvolvimento do Pólo Têxtil de Americana e do Arranjo Produtivo Local (APL) nos parecem equivocadas porque não cumprem seu dever social, pois privilegiam um enfoque setorial na medida em que não avaliam os diferentes desdobramentos da reestruturação produtiva para a cidade como um todo.

O desenvolvimento sócio-econômico pretendido através da organização dos fatores de produção, sobretudo das indústrias do circuito superior, tomam por base os *espaços econômicos*. Assim, o planejamento se distancia do “espaço banal” e aprofunda suas ações voltadas quase que exclusivamente para as atividades modernas, sob a ideologia de que as modernizações exerceriam efeitos de expansão sobre as outras unidades produtivas.

A modernização do Parque Têxtil resultou em uma redefinição do seu micro-circuito produtivo, cujo princípio norteador continua sendo o da exploração das forças produtivas. Cria-se a partir disso uma interdependência entre os circuitos da economia urbana comandados por ordens forâneas, afirmando *racionalidades alienígenas e alienadas* (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Sob lógicas perversas, os agentes hegemônicos prosperam desfazendo os laços de solidariedade orgânica entrelaçados pelas empresas mais territorializadas.

Nessa situação, o circuito inferior tenta ao máximo ludibriar a rigidez das normas do mercado competitivo através de empregos temporários e flexíveis. Em Americana encontramos, através dessa lógica, os registros de uma forte precarização do trabalho que se refaz no “velho” e no “novo” feçonismo como uma forma de manter a dependência e a exploração instrumentais ao capital.

Para E. Morin (2000: 356), “é necessário que nos desfaçamos logo de início do termo *desenvolvimento*, pois esse sempre comportou uma base tecnoeconômica, mensurável pelos indicadores de crescimento e de renda”. Sem questionar seus princípios, as questões *humanas* apresentam-se vazias de qualquer substância essencial. Segundo o autor, “o desenvolvimento ignora aquilo que não é calculável nem mensurável, isto é a vida, o sentimento, a alegria e o amor”. É por isso que essa noção constitui um “mito do sociocentrismo ocidental”.

Nessa luta estaremos em busca da *cidade como obra*, pois segundo H. Lefebvre (1969), o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, o direito à atividade participante dos sujeitos.

Devemos evitar que a concepção hegemônica de mercado apresente-se como única versão para as trocas econômicas, como salienta A. C. T. Ribeiro (2005). Frente a isso, a autora defende que se torna indispensável à valorização de outros atores sociais, vistos de baixo para cima, corporificados e territorializados, correspondente aos sujeitos abrigados pelo *circuito inferior* (SANTOS, 1979), integrantes de um *mercado socialmente necessário*.

A atividade feçonista e o trabalho em Carioba persiste nos interstícios da riqueza e do pensamento dominante sob estereótipos condições de vida. Como vimos, a resistência dessa

atividade está apoiada nos saberes locais compartilhados (sua força) e na dependência produtiva (sua fraqueza).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNARDES, Adriana. A presença do velho e do novo na cidade de São Paulo. O caso das pequenas e médias empresas indústrias não hegemônicas. In: **Revista Experimental**. São Paulo, nº. 01, 1996.

BRANDÃO, Carlos. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: UNICAMP, 2007.

CAMILLO, Ema E. R. **Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas (1850-1887)**. Campinas: Mercado de Letras, Centro de Memória – UNICAMP, 1998.

CANO, W.; BRANDÃO, Carlos. A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: UNICAMP, 2002. v. 2.

CARDOSO, Ana Maria Vieira. 2004. **Família de Cidades: A Atividade Têxtil em Americana e Entorno**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COLLI, Juliana Marília. **A Trama da Terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem**. Campinas: UNICAMP, 2000.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constitui no Brasil a Rede das Cidades. In: **Boletim Geográfico**, ano II, nº 14, Parte I e nº 15, Parte II, Rio de Janeiro, 1944.

GEIGER, Pedro. **Evolução da Rede Urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano – industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton et al. **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MESTRE, Ana Paula. **Trajatórias Geográficas do Espaço Urbano de Americana: uma Análise dos Micros – Circuitos Produtivos Têxteis (1990 – 2005)**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Dep.de Geografia do IGE/ UNICAMP. Campinas, 2005.

MORIN, Edgar. Uma Mundialização Plural. In: Moraes, Denis de (org). **Por uma outra Comunicação: Mídia Mundialização Cultural e Poder**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

PACHECO, Carlos A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP- IE, 1998.

PEZZO, Agnaldo Pescelaro. **A nova configuração do Façonismo: recurso estratégico para competitividade na indústria têxtil brasileira**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). UFSCar /USP, 2003.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870–1930)**. Campinas: UNICAMP; HUCITEC, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. e et al. **Formas em Crise: Utopias Necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RODRIGUES, João. Façonismo: um Sistema de Trabalho da Indústria Têxtil – O Exemplo de Americana. In: **Revista Geografia das Indústrias**, São Paulo, nº 06, 1978.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido - Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: ed. S. A, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. Projeto de Pesquisa: **Empresas Territoriais e dinâmicas da Formação Sócio-Espacial Brasileira**, Laboplan, mimeo – USP, São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI**. São Paulo: RECORD, 2001.

SEBRAE Nacional, Instituto Euvaldo Lodi. **Núcleo Central e Confederação Nacional da Agricultura**. Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira. Brasília, 2000.

TROPMAIR, Helmut. A Contribuição ao Estudo da Indústria Têxtil de Americana (Estado de São Paulo) In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 43, 1966.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: O que pode o poder local? Rio de Janeiro: **Anais do IX Encontro da Anpur**, 2001.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília et alii (org.). **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

XAVIER, Marcos Antônio de Moraes. **As empresas e o uso do território brasileiro: A Cidade de São José do Rio Preto vista através da dinâmica territorial de suas empresas**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Dep. de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

Sítios Consultados:

[http:// www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

<http://sinditec.iblox.com.br/>